

PROCESSOS HISTÓRICOS PARA A QUEDA DO IMPERIALISMO EUROPEU E O FIM DA ESCRAVIDÃO: UM ENSAIO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO GLOBAL



HISTORICAL PROCESSES FOR THE FALL OF EUROPEAN IMPERIALISM AND THE END OF SLAVERY: AN ESSAY ON GLOBAL TRANSFORMATION

ELMA BARBOSA DA SILVA LUCA

Graduação em Normal Superior pelo Centro Universitário Hermínio Ometto em 2009. Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Metropolitana de Santos em 2011. Pós-Graduação em Gestão Escolar pelo Instituto Japi em 2007. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na E.M.E.F. Fernando Gracioso, Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

Considera-se que os processos históricos inerentes ao imperialismo europeu e o fim da escravidão configuraram as transformações políticas, econômicas e culturais. E com a expansão europeia e consolidação do regime e modelo escravista, estabeleceu-se as dinâmicas de exploração e desigualdade. Sendo assim, este estudo busca investigar os processos históricos que contribuíram para a queda do imperialismo europeu e o fim da escravidão, com enfoque nas mudanças políticas, sociais e econômicas resultantes das guerras napoleônicas, dos movimentos de independência na América Latina e das campanhas abolicionistas no Ocidente. Este estudo é uma revisão bibliográfica. Verifica-se que com a queda do imperialismo na Europa e o fim da escravidão, houve uma transformação histórica sem precedentes, que por longos períodos de tempo foram passíveis de conflito e resistência, que ensejavam pela conquista da liberdade.

Palavras-chave: Imperialismo europeu; Independência da América Latina; Mudanças Sociais.

ABSTRACT

The historical processes inherent in European imperialism and the end of slavery are considered to have shaped political, economic and cultural transformations. With European expansion and the consolidation of the slave regime and model, the dynamics of exploitation and inequality were

established. Therefore, this study seeks to investigate the historical processes that contributed to the fall of European imperialism and the end of slavery, focusing on the political, social and economic changes resulting from the Napoleonic wars, the independence movements in Latin America and the abolitionist campaigns in the West. This study is a bibliographical review. It shows that with the fall of imperialism in Europe and the end of slavery, there was an unprecedented historical transformation, which for long periods of time was subject to conflict and resistance, which led to the conquest of freedom.

Keywords: European imperialism; Latin American independence; Social change.

INTRODUÇÃO

Considera-se que os processos históricos inerentes ao imperialismo europeu e o fim da escravidão configuraram as transformações políticas, econômicas e culturais. E com a expansão europeia e consolidação do regime e modelo escravista, estabeleceu-se as dinâmicas de exploração e desigualdade. Mas com o advento dos ideais iluministas, houve o início quanto aos paradigmas de liberdade, soberania e cidadania. Sendo assim, este estudo busca investigar os processos históricos que contribuíram para a queda do imperialismo europeu e o fim da escravidão, com enfoque nas mudanças políticas, sociais e econômicas resultantes das guerras napoleônicas, dos movimentos de independência na América Latina e das campanhas abolicionistas no Ocidente. Este estudo é uma revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

PRELÚDIO DA IMPERIALISMO FRANCÊS

A derrota de Napoleão na Batalha de Waterloo, ao sul de Bruxelas, em 18 de junho de 1815, marcou sua derrota final como imperador dos franceses, pondo fim a 25 anos de guerras europeias. Foi um encontro épico, combatido num lamaçal, no qual 118 mil soldados britânicos, holandeses e prussianos finalmente prevaleceram sobre um Exército francês de 73 mil homens arregimentados às pressas por Napoleão (MARKS, 2015).

As Guerras Revolucionárias francesas, que começaram em 1792, foram lançadas para espalhar os princípios revolucionários para os Estados vizinhos e defender a França de seus inimigos. Sob Napoleão, elas se tornaram, de fato, guerras de conquista, a despeito de terem sido declaradas em nome da Revolução (HOBBSAWN, 2001).

Durante as Guerras da Revolução, a França estabeleceu repúblicas irmãs no norte da Itália e nos Países Baixos. Sob Napoleão, muitas delas foram reformadas em reinos cujos monarcas vieram

da família do imperador. Estados por toda a Alemanha foram divididos, à custa da Prússia, para se tornarem fantoches franceses, ao mesmo tempo que o Sacro Império Romano-Germânico de oitocentos anos foi abolido. A partir de 1807, boa parte da Polônia era controlada pelos franceses com o nome de Grande Ducado de Varsóvia. Esses Estados foram reformados ao modelo francês: o poder do clero foi reduzido, a servidão abolida e os privilégios aristocratas, cortados. Mas tais reformas provocaram inevitáveis ressentimentos (JAMES, 1989).

“O impacto das revoluções na Europa, durante o final do século XVIII e início do XIX, transformou profundamente as estruturas políticas e sociais do mundo ocidental.” (HOBSBAWM, 2001, p. 89).

As conquistas de Napoleão foram resultado não apenas de seu gênio militar, mas também devido ao Exército francês, que se tornou enorme. O alistamento militar, introduzido em 1793, aumentou o Exército de 160 mil para 1,5 milhão de homens. Somente a Inglaterra, protegida pelo Canal da Mancha, continuou imbatível, com sua posição de principal potência marítima do mundo, confirmada pela vitória em Trafalgar, no sul da Espanha, em 1805. Mas o poder marítimo sozinho não era capaz de derrotar Napoleão. O papel mais importante da Inglaterra foi financiar as infundáveis e diversas alianças que enfrentaram os franceses (HUNT, 2007).

Em resposta, Napoleão impôs um Sistema Continental que proibia o comércio entre a Europa continental e a Inglaterra. No entanto, Portugal e Rússia continuaram a comercializar com a Inglaterra, levando a invasões em 1807 e 1812, respectivamente (MAXWELL, 1995).

A resistência ao domínio napoleônico só aumentava. Os espanhóis começaram uma brutal guerra de guerrilha que drenou os recursos franceses, à qual Napoleão se referia como a "úlceras espanhola" (SCHAMA, 2005).

"As Guerras Napoleônicas marcaram o início do declínio do imperialismo europeu e da consolidação de novas formas de organização política." (HOBSBAWM, 2001, p. 213).

Napoleão cultivou um sentimento de invencibilidade francesa, e isso fez de sua derrota algo muito mais traumático para a nação. Dos 450 mil homens que ele liderou contra a Rússia em 1812, nem 40 mil sobreviveram. Napoleão sobrepujou a si mesmo. Em Leipzig, Alemanha, em 1813, com um terço do tamanho das forças da Áustria, Prússia, Rússia e Suécia juntos, ele sofreu sua primeira grande derrota. Em Waterloo, suas forças se recuperaram um pouco, e a proporção era de um para dois, mas o gênio militar de Napoleão falhou em corrigir o equilíbrio, e sua ambição imperial acabou na lama de Waterloo (JAMES, 1989).

NUANCES SOBRE A “INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA”

A situação de dom Pedro às vésperas da independência era delicada. Por um lado, o príncipe era pressionado a retornar a Portugal, onde o Congresso votava uma nova Constituição que pretendia restabelecer a submissão do Brasil à Coroa lusitana. Nessas circunstâncias, era extremamente inconveniente que o herdeiro do trono vivesse na América como uma espécie de "rei paralelo". Por outro, a elite brasileira alertara que, se Pedro embarcasse rumo à Europa, a Independência seria deflagrada no minuto seguinte (DAVIS, 1988).

No dia 7 de setembro de 1822, na iminência de ser levado à força por uma esquadra portuguesa, ele precisou tomar uma decisão. Seguindo o projeto do ministro José Bonifácio, principal nome do movimento independentista brasileiro, dom Pedro escolheu um meio-termo: proclamou ele mesmo a independência, separando o Brasil de Portugal, mas mantendo o país nas mãos da família Bragança. O ato ficou imortalizado pelo grito de "Independência ou morte!" às margens do rio Ipiranga, mas não houve nada de heroico ou arriscado nisso. Dom Pedro apenas buscava uma solução apaziguadora para o impasse brasileiro, afastando o país do risco de uma verdadeira revolução social que poderia ameaçar a monarquia (THORNTON, 1998).

Apesar do simbolismo do Grito do Ipiranga, a história da independência brasileira começara muito antes. No final do século XVIII, dois fatos abalaram a política internacional: a Revolução Francesa e a independência dos EUA, em 1776. Não tardou para que as ideias iluministas de liberdade, soberania nacional e cidadania, propagadas por esses eventos chegassem ao Brasil, inflamando setores descontentes com a dominação colonial. O primeiro movimento independentista de peso foi a Inconfidência Mineira, em que as elites urbanas de Vila Rica, incomodadas com o declínio do ciclo do ouro, reivindicaram liberdade econômica e autonomia política para a província. Mais tarde, no século XIX, levantes independentistas ocorreram também na Bahia e em Pernambuco, dessa vez com um caráter mais popular, incorporando pautas como o fim da escravidão. Mas o golpe fatal para o sistema colonial brasileiro viria mesmo em 1808 (MAXWELL, 195).

Em 1807, Napoleão invade Portugal. Incapaz de se defender da maior força militar da época, o rei dom João vi pede ajuda à Inglaterra, inimiga dos franceses. A corte lusitana foge do país e, escoltada pela Marinha britânica, se instala com segurança no Rio de Janeiro, longe das garras do exército bonapartista (WALLERSTEIN, 1974).

Isso gerou uma situação única, a sede do império passou a ser a capital de uma de suas colônias. Logo adaptações precisaram ser feitas. A principal delas foi a abertura dos portos brasileiros para o comércio com as nações amigas, em especial a Inglaterra. Essa medida de 1808 é considerada por muitos historiadores o marco da independência "de fato" do Brasil, já que o pacto colonial estava oficialmente rompido. Essa anomalia também explica o caráter incrivelmente pacífico e conservador da nossa emancipação. Mesmo com o retorno de dom João vi para Portugal após a queda de Napoleão, a presença do príncipe regente no Brasil garantiu que a independência fosse feita sem modificar o modelo econômico agroexportador e escravista, sem acabar com o regime de monarquia e sem tampouco trocar a família real que ocupava o trono. Apesar de atípica, a independência brasileira não foi isolada: o início do século XIX foi o momento em que as antigas

colônias espanholas também proclamavam sua autonomia, aproveitando o declínio do sistema colonial ibérico (SCHAMA, 2005).

Nas colônias da Espanha, o movimento de independência foi organizado quase sempre pelos criollos, isto é, descendentes de espanhóis nascidos na América. Por comporem as elites locais, os criollos buscavam se defender do excessivo controle espanhol sobre o comércio sul-americano e da política fiscal punitiva da Coroa, extremamente desvantajosa para a colônia. Seu movimento ganhou força quando Napoleão invadiu a Espanha em 1808 e depôs o rei Fernando VII, coroando seu irmão, José Bonaparte (JAMES, 1989).

As colônias espanholas não reconheciam a legitimidade do novo rei, passando, portanto, por um período de autogoverno "involuntário". Os colonos se viram pela primeira vez livres do Absolutismo e em contato com os ideais iluministas. Essa experiência de autonomia tornaria impossível para a Espanha retomar completamente seu controle sobre a América. Mesmo com a expulsão de Napoleão e a volta de Fernando VII ao poder em 1813, era tarde demais (BLACKBURN, 1997).

Não obstante, na época colonial, o atual México era parte do vice-reino de Nova Espanha, uma área imensa que ia do Wyoming, nos EUA, até o atual Panamá, incluindo também a maior parte do Texas (MARKS, 2015).

A guerra de independência começou em 1810, quando o padre Miguel Hidalgo liderou uma revolução popular contra as gritantes desigualdades sociais do México. A revolta foi brutalmente reprimida pela Espanha e terminou no ano seguinte com a execução de Hidalgo. Outra revolta malsucedida teve início em 1813, dessa vez liderada pelo sacerdote José Morelos (MAXWELL, 1995).

A independência só veio em 1821, quando a resistência espanhola já era praticamente simbólica. O general Agustín de Iturbide, líder do movimento, se proclamou imperador do México, mas seu governo durou menos de um ano. Até a metade do século XIX, o antigo vice-reino de Nova Espanha perderia territórios para os EUA e veria surgir novos países na América Central, reduzindo o México ao tamanho que ele tem hoje (THORNTON, 1998).

A independência dos territórios sul-americanos, incluindo os vice-reinos de Nova Granada, do Peru e do Prata, seguiu um percurso histórico bastante diferente. O principal nome desse processo foi Simón Bolívar, um criollo membro da elite local e de boa educação. Bolívar visitara diversas vezes a Europa e era um entusiasta do modelo de estado-nação lançado pela Revolução Francesa. Também acreditava que os diversos povos sul-americanos poderiam partilhar uma identidade comum, unindo-se num único e gigantesco país independente (SCHAMA, 2005).

Foi essa ideia que animou a criação da República da Colômbia em 1819, um marco importantíssimo para o movimento independentista da América Latina. A "Gran Colombia", como seria chamada pelo autodenominado "Libertador" Simón Bolívar, era bem maior do que o país que conhecemos hoje, englobando territórios dos atuais Equador, Peru, Venezuela e Panamá (DAVIS, 1988).

Mas o sonho de Bolívar não se concretizou. Em pouco tempo a Gran Colômbia se fragmentou, dando origem a vários países menores. Isso porque as elites regionais nunca concordaram unanimemente com as ideias de Bolívar para o futuro da América do Sul. Discutia-se, por exemplo, se o governo deveria ser liberal, conservador ou autoritário. Bolívar era um líder relativamente progressista e crítico feroz da escravidão. Isso contrariava diretamente os interesses dos caudilhos, poderosos latifundiários donos de forças militares próprias. Esses senhores de terra exerciam autoridade absoluta sobre os camponeses, que precisavam trabalhar em suas propriedades, chamadas de haciendas, e rapidamente voltaram-se contra a ideia de uma América do Sul centralizada (WALLERSTEIN, 1974).

Bolívar morreu de tuberculose em 1830, aos 47 anos. Naquela data, a Gran Colômbia já não passava de uma lembrança. Sua visão de uma América do Sul unida e independente não pôde florescer num contexto de extrema desigualdade social, alimentada pelas intervenções imperialistas britânicas e pela força das velhas elites latifundiárias (BLACKBURN, 1997).

O FIM DA ESCRAVIDÃO, POR VIAS DE FATO

A aprovação, em 1807, da Lei Proibindo a Importação de Escravos nos EUA e da Lei da Abolição do Comércio de Escravos na Inglaterra marcou uma mudança radical no pensamento ocidental. No final dos anos 1780, o comércio de escravos ainda era considerado uma atividade econômica "natural". Tanto os recém-constituídos EUA, "concebidos em liberdade", como as colônias europeias no Caribe dependiam do trabalho escravo, que era facilmente obtido na África Ocidental. O Brasil, governado pelos portugueses, dependia ainda mais dos escravos. E a Inglaterra, em especial, se viu numa posição desconfortavelmente parecida (BLACKBURN, 1997).

"A relação entre liberdade e propriedade foi central nos debates do período revolucionário e moldou as políticas abolicionistas." (HUNT, 2007, p. 122).

Não apenas a escravidão nunca tinha sido legal por lá um ponto que foi bastante reforçado em 1772, naquele que ficou conhecido como o Caso Somersett, que definiu que qualquer escravo estaria livre assim que pisasse em solo britânico, como os britânicos se orgulhavam de sua firme defesa de tais liberdades fundamentais. Mesmo assim, a Inglaterra era, sem dúvida, a líder no Ocidente do mercado de escravos. Foi essa contradição que ofendeu a sensibilidade política tanto dos religiosos quanto dos iluministas (HUNT, 2007).

"A escravidão no Novo Mundo foi moldada por uma combinação única de interesses econômicos, práticas culturais e dinâmicas de poder." (BLACKBURN, 1997, p. 42).

Para políticos avançados e ativos como William Wilberforce e Thomas Clarkson, a abolição da escravidão se tornou crucial. Uma campanha muito efetiva foi lançada e, apesar de forte oposição,

rapidamente ganhou o apoio da grande massa e do Parlamento. Em boa parte do século XIX, a Marinha Real esteve na dianteira da campanha para interceptar os que ainda estivessem envolvidos no comércio de escravos (THORNTON, 1998).

"O comércio de escravos atlântico não apenas sustentou economias coloniais, mas também redefiniu relações raciais em escala global." (THORNTON, 1998, p. 113).

Se por um lado a Inglaterra assumiu a liderança, o movimento tinha apoio importante em outros lugares. A revolucionária Convenção Nacional Francesa aboliu a escravidão em 1794 (apesar de isso ter sido parcialmente mudado por Napoleão em 1802). Diferente do Brasil, onde escravidão só foi extinta em 1888, todos os Estados recém-independentes que surgiram na América Latina após 1810 também baniram a escravidão (DAVIS, 1988).

Foi só em 1833 que a própria escravidão, não só o comércio, se tornou ilegal no Império Britânico.

"A abolição do comércio de escravos foi uma conquista que revelou tanto a pressão de movimentos sociais quanto o pragmatismo econômico das potências coloniais." (DAVIS, 1988, p. 183).

Independente dos esforços de um novo grupo de ativistas, como Elizabeth Heyrick, o motivo não foi exclusivamente humanitário. A revolta no Haiti, que começou em 1791 e levou à independência do país em 1804, deixou o Ocidente desconfortavelmente ciente de que qualquer tipo de levante parecido seria difícil de reprimir (WALLERSTEIN, 1974).

"A independência do Haiti representou não apenas uma ruptura política, mas uma redefinição radical do que significava ser humano em um mundo dominado pelo racismo." (JAMES, 1989, p. 203).

Uma revolta escrava na Jamaica (dominada pelos britânicos) em 1831 confirmou esse temor no longo prazo, libertar os escravos seria menos problemático que mantê-los cativos (DAVIS, 1988).

Os EUA, progressista e em expansão, continuou sendo a grande e problemática ferida. Quanto mais os abolicionistas nos seus estados do Norte denunciavam a escravidão, mais os estados do Sul, cujas economias agrárias dependiam do trabalho escravo, se esforçavam por mantê-la (MARKS, 2015).

"O sistema-mundo moderno emergiu de um contexto de exploração colonial, dependente de uma divisão internacional de trabalho profundamente desigual." (WALLERSTEIN, 1974, p. 97).

Seria preciso uma guerra civil de quatro anos e 670 mil mortos para resolver a questão (BLACKBURN, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a queda do imperialismo na Europa e o fim da escravidão, houve uma transformação histórica sem precedentes, que por longos períodos de tempo foram passíveis de conflito e resistência, que ensejavam pela conquista da liberdade. Conjecturando as guerras napoleônicas e o fim da escravidão em escala global como propulsores da nova intersecção de interesses políticos, sociais e econômicos, verifica-se que o ideal iluminista se predispôs quanto as demandas da autonomia e justiça das populações locais. Porém, há de se convir que ainda no mundo contemporâneo ainda ecoam os legados de desigualdade e dominação imperial.

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, R. **The Making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492–1800**. Londres: Verso, 1997.

DAVIS, D. B. **The Problem of Slavery in Western Culture**. Nova York: Oxford University Press, 1988.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HUNT, L. **Inventing Human Rights: A History**. Nova York: W. W. Norton, 2007.

JAMES, C. L. R. **The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution**. Nova York: Vintage, 1989.

MARKS, R. **The Origins of the Modern World: A Global and Ecological Narrative from the Fifteenth to the Twenty-first Century**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

MAXWELL, K. **A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SCHAMA, S. **Rough Crossings: Britain, the Slaves and the American Revolution.** Londres: BBC Books, 2005.

THORNTON, J. **Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** Nova York: Academic Press, 1974.